

ÉTICA E ESPAÇO POLÍTICO

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

*Desembargador do Tribunal de Justiça
do Estado do Rio de Janeiro e Professor de
Direito Constitucional da PUC-RJ.*

Nestes tempos de eleição presidencial é útil refletir sobre a natureza de certos atos da campanha. Esta reflexão implica em distinguir a escolha do eleitor da postura pública de cada candidato.

James Bryce, no seu célebre "La Republique Américaine", do final do século XIX, dedica todo o Capítulo VIII do 1º volume a explicar porque os grandes homens não são escolhidos presidentes. O grande autor lembrou bem que é necessário saber que os méritos de um presidente são uma coisa e os méritos de um candidato outra: um péssimo candidato pode ser um grande presidente!

As entranhas da vida política contém um alto índice de perversidade. A comunicação vale mais, muito mais, do que a substância. Neste sentido, as qualidades transmitidas têm a ver com a busca da empatia do corpo político. As suas aspirações transformam-se no conteúdo da mensagem, adaptável a tais necessidades, mesmo que contraditórias em relação à biografia, à prática ou até às convicções ideológicas. Para o corpo político não é importante o que foi, mas o que é. O espaço político é ocupado com os valores da imagem do presente, nada tendo a ver com a ética. Em síntese, há uma convivência, uma cumplicidade, entre o eleitor e o protagonista no que se refere à fragilidade da consciência moral deste. Assim, por exemplo, mentir com a meia verdade, ou armar tecnicamente a escalada da campanha gerando fatos capazes de inundar a imprensa, ou, ainda, flexibilizar os rigores éticos com vistas à obtenção de recursos para a campanha, ou, finalmente, exercer a habilidade de manipular alianças políticas, são qualidades do profissional. Ser profissional em política é ser capaz de

parecer e aparecer no cenário das contingências criadas, elaboradas, sem a preocupação do discernimento do que é bom ou mal.

Johannes Messner, na sua já clássica **ÉTICA**, depois de ensinar que o fato básico da experiência, de onde toda a Ética parte, é o saber do homem acerca do bem e do mal, anota que é possível qualificar as coisas de boas ou más segundo possuam ou não a aptidão de cumprir as funções que a sua natureza determina.

Sob o manto da explicitação de **Messner**, pode-se livrar a responsabilidade do corpo político quanto à cumplicidade ou conivência de fazer boa ou má escolha e, portanto, de saber ou não votar. O eleitor escolhe o que os canais formais e institucionalizados de participação lhe oferecem. E escolhe a partir da comunicação que recebe nos atos da campanha, tanto faz que seja o comício ou a imprensa, o contato direto ou o eletrônico.

Em um certo sentido, o que o eleitor escolhe é o bom ou mau ator, assim o que é dotado de uma capacidade especial de interpretação, expectorando sua eloquência de modo mais convincente. É evidente que os homens com tais atributos necessariamente não são os melhores, os mais preparados.

Só a crise histórica é berço dos estadistas, porque estes se impõem com o retraimento dos aventureiros, ou oportunistas, ocupantes do espaço político, baldios de ética. Veja-se **De Gaulle**, **Adenauer**, **De Gasperi**, ou **Lincoln** em 1861, na ressurreição da democracia norte-americana.

Talvez por isso Bryce tenha oferecido sua resposta em três pilastras: primeiro, porque os grandes homens são raros na vida política; segundo, o sistema eleitoral não permite que eles cheguem ao prosclênio; terceiro, porque eles não são necessários em períodos de calma.

Na verdade, a "ética" da prática política, recheada de valores menores, não consegue acertar o conceito de bom e de mal da ÉTICA, que impõe como pauta um critério de moralidade. E é nesse descompasso que os grandes homens se afastam.